



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

I – INTRODUÇÃO

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, a Comissão de Fiscalização (CF) emite o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e parecer sobre os relatórios e contas individuais e consolidados da CP — Comboios de Portugal, E. P. E. e propostas, apresentados pelo respectivo Conselho de Administração (CA), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O vogal desta CF, indicado pelas estruturas representativas dos trabalhadores da CP, Senhor Engenheiro Carlos Fernando Moreira de Carvalho, comunicou a cessão de funções a partir do dia 30 de Dezembro de 2011, em virtude da sua passagem à situação de reformado naquela data.

As contas individuais foram elaboradas de acordo com o SNC e nas contas consolidadas foram aplicadas as IFRS/IAS/IFRIC em virtude da CP ter títulos cotados no mercado regulamentado luxemburguês.

2. Como factos relevantes ocorridos na vida da Empresa em 2011 destacam-se os seguintes:
 - Continuação da quebra da procura global a nível nacional;
 - Resultado líquido consolidado negativo de 289,5 milhões de euros;
 - Resultados financeiros consolidados negativos de 194 milhões de euros;
 - Resultado Operacional consolidado negativo de 94,8 milhões de euros, devido em grande parte ao contributo negativo do transporte de passageiros de longo curso, internacional e regional, que são fortemente deficitárias pela sua natureza de serviço público (resultado operacional de -53,5 milhões de euros);
 - Total do endividamento consolidado de cerca de 4 mil milhões de euros no final de 2011, dos quais cerca de 1,5 mil milhões de euros referem-se a passivo de curto prazo;

- Capital Próprio consolidado negativo de cerca de 3 mil milhões de euros em 31/12/2011;
- Maior percepção do risco por parte dos financiadores e consequente quebra sucessiva do *rating* da CP em consonância com a evolução desfavorável do rating da dívida soberana;
- Inexistência da contratualização do serviço público de transporte ferroviário de passageiros prestado pela CP, o que conduz a não clarificação das relações financeiras com o Estado e contribui para a degradação da situação económica e financeira da CP.

II - ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A CF reuniu pelo menos uma vez por mês, tendo elaborado os Relatórios Trimestrais a que está obrigada, nos termos da lei e dos estatutos, os quais foram remetidos às tutelas, à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, à Inspecção-Geral das Finanças e ao Conselho de Administração da CP.

No decorrer do exercício de 2011 a CF acompanhou a gestão da Empresa através de reuniões e contactos com o CA, bem como com outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos necessários.

Foram analisadas as actas das reuniões do Conselho de Administração, tendo sido obtida e examinada a documentação de suporte das decisões tomadas.

Foram também analisados os instrumentos de gestão previsional para 2012 e acompanhada a execução dos Orçamentos de Tesouraria, Exploração e Investimentos.

As contas individuais e consolidadas da Empresa e os correspondentes relatórios de gestão foram objecto de exame pelo Revisor Oficial de Contas que integra a CF, bem como por auditores externos. Em conformidade com a legislação aplicável o Revisor Oficial de Contas da CP emitiu, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, as competentes certificações legais das contas individuais e consolidadas, sem reservas e com ênfases relacionadas com a continuidade da CP, por apresentar capital próprio

fortemente negativo no atual contexto de crise, e com a aplicação pela primeira vez das IFRS nas contas consolidadas.

III – APRECIÇÃO DOS RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

1. Parece-nos que os relatórios de gestão individuais e consolidados estão em consonância com as contas individuais e consolidadas do exercício e cumprem na generalidade quanto ao seu conteúdo os preceitos constantes do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, relatando os aspectos essenciais da sua actividade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. O relatório anual elaborado no âmbito de prestação de contas individuais, além da informação económica e financeira, contém ainda outros elementos informativos, tais como o relato sobre o governo da sociedade e a análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental, e satisfazendo na generalidade o disposto no artigo 13.º-A do Decreto-Lei 558/99, de 17/12, aditado pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23/8.
3. Os anexos às contas cumprem igualmente o disposto no artigo 66º.-A do Código das Sociedades Comerciais.
4. O Conselho de Administração propõe que o Resultado líquido do exercício negativo, findo em 31 de Dezembro de 2011, no montante de Euros - 289.046.560, seja transferido para a conta de Resultados transitados.
5. No que se refere a actividade principal da Empresa é de realçar o seguinte:
 - a) Os indicadores da procura referidos no Relatório do Conselho de Administração, mostram, desta vez, uma diminuição global muito acentuada, que se traduziu em evoluções negativas de cerca de 5,8% em passageiros (P) e 5,9% em passageiros quilómetro (PK) e, conseqüentemente, um aumento modesto de apenas 1,1% nos proveitos de tráfego, não obstante os aumentos tarifários expressivos ocorridos em 2011, de 5% em Janeiro e de 15% em Agosto.

AA
Ac

- b) Aquelas evoluções negativas foram comuns a todas as unidades de negócio em termos de P e PK, com excepção da CP Porto, que teve um aumento de 2,1% em passageiros-quilómetro.
- c) Os aumentos tarifários tiveram repercussão positiva nas unidades de negócio, com destaque para a CP Porto, que registou um incremento de 11% nos proveitos de tráfego, mas a diminuição de 4,3% na CP Longo Curso, que representa o maior peso na estrutura de proveitos de tráfego de passageiros (39%), acabou por originar um aumento global de apenas 1,1%.

6. Em relação às **contas individuais**, elaboradas de acordo com o SNC, salientamos os seguintes factos:

- a) A CP regista um prejuízo de 289,0 milhões de euros no exercício de 2011, o qual aumentou 87,4 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior (prejuízo de 201,6 milhões de euros após reexpressão), devido essencialmente à evolução desfavorável do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro, em cerca de 68,6 milhões de euros, e ao agravamento de 23,5 milhões de euros nos resultados financeiros.
- b) A variação muito desfavorável do justo valor dos derivados deve-se ao efeito da descida da taxa de juro de referência nos swaps de empréstimos de longo prazo, contratados antes da crise do mercado financeiro, que originou uma quebra mais acentuada no valor do ativo financeiro comparativamente ao do passivo financeiro, pela aplicação do método dos cash flows descontados na mensuração desses instrumentos financeiros.
- c) O EBITDA, sem o efeito da variação do justo valor dos derivados, é negativo em cerca de 14,2 milhões de euros, devido aos défices das atividades de transporte regional de passageiros e de transporte de mercadorias, pela via do reconhecimento neste caso dos prejuízos da CP Carga (cerca de 31,3 milhões de euros).
- d) A nível dos gastos de funcionamento destaca-se a diminuição de 11,6% (menos 14,2 milhões de euros) nos Gastos com o pessoal e uma

redução mais modesta de 1,5% (menos 2,5 milhões de euros) em Fornecimentos e serviços externos. No primeiro caso, teve um impacto muito significativo a aplicação das medidas de redução remuneratória previstas na Lei do OE2011 e a redução de efetivos, que em contrapartida implicou o aumento em 6,3 milhões de euros de encargos com indemnizações ao pessoal decorrente de rescisões por mútuo acordo. Retirando este efeito, os Gastos com o pessoal diminuem cerca de 20,3 milhões de euros (-18,0%).

- e) No período de 2009 a 2011 o somatório dos Gastos com o pessoal e Fornecimentos e serviços externos diminuíram cerca de 12,6% (-39,3 milhões de euros), sendo de destacar o comportamento da primeira rubrica (redução de 20,2%) por efeito da redução de efetivos e da aplicação das medidas determinadas pelo Governo. Se excluirmos as indemnizações ao pessoal (aumento de 8,4 milhões de euros no período em causa) e a tarifa de utilização da infraestrutura (quebra de 7,9 milhões de euros, ou seja, de 15,7%, devido à redução de CKs percorridos), obtemos uma redução de quase 16%.
- f) A tarifa de uso da infraestrutura ferroviária, os gastos com a conservação e reparação e a eletricidade representam no seu conjunto mais de 2/3 do valor total da rubrica Fornecimentos e serviços externos, os quais apresentaram a seguinte evolução:

	2010	2011		Variação	
	€	€	Peso%	€	%
Tarifa de uso	44.987.820	42.540.006	26,1%	-2.447.814	-5,4%
Cons. e reparação	44.437.823	41.900.907	25,7%	-2.536.916	-5,7%
Eletricidade	23.627.564	26.136.672	16,0%	2.509.108	10,6%
Outro Fse	52.673.440	52.691.420	32,3%	17.980	0,0%
Total Fse	165.726.647	163.269.005	100,0%	-2.457.642	-1,5%

- g) A Empresa apresenta um capital próprio negativo de aproximadamente 2,8 mil milhões de euros, associado a um passivo de 3,9 mil milhões de euros, dos quais 3,5 mil milhões de euros dizem respeito a empréstimos obtidos.

JK
AC

h) O programa de investimentos em 2011 confinou-se praticamente à manutenção das condições de segurança e fiabilidade do material circulante, tendo sido realizados cerca de 16,9 milhões de euros, dos quais cerca de 70% dizem respeito a material circulante, 14% a equipamento comercial e 10% a instalações fixas. Os investimentos foram financiados pelo recurso ao endividamento (14,9 milhões de euros), pelo PIDDAC (1,9 milhões de euros) e pelo FEDER (0,1 milhões de euros).

7. Em relação às **contas consolidadas** do exercício findo em 31/12/2011, elaboradas de acordo com o normativo internacional aplicável (IFRS), para além dos factos acima relatados, é de realçar os seguintes aspetos:

- a) A Empresa-mãe representa mais de 90% do balanço e do rendimento integral, destacando-se a nível das subsidiárias a EMEF e a CP Carga, detidas a 100% pela CP, EPE. Além destas, integram ainda o perímetro da consolidação integral, igualmente detidas, direta ou indiretamente, pela Empresa-mãe, a Saros, a EMEF Internacional, a Fernave e a Ecosaúde.
- b) A CP regista um resultado líquido consolidado igualmente negativo, em cerca de 289,5 milhões de euros, o qual aumentou cerca de 84,5 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior (prejuízo de 205 milhões de euros), praticamente pelas mesmas razões atrás referidas.

	2010	2011	Variação	
	Mil €	Mil €	Mil €	%
EBITDA consolidado	-4.259	-451	3.808	-89,4%
Amort/Deprec/Imparid.	-100.766	-94.374	6.392	-6,3%
EBIT consolidado	-105.025	-94.825	10.200	-9,7%
Indemniz. Redução pessoal	-11.551	-20.315	-8.764	75,9%
EBIT cons. antes Indemniz	-93.474	-74.510	18.964	-20,3%
Rendim. Financeiros	13.264	11.649	-1.615	-12,2%
Gastos Financeiros	-168.828	-193.201	-24.373	14,4%
Variação Justo Valor	56.026	-12.608	-68.634	-122,5%
IRC	-408	-484	-76	18,6%
Resultado líqº. Consolidado	-204.971	-289.469	-84.498	41,2%

- c) Enquanto o resultado do exercício é ainda fortemente negativo pelo impacto da estrutura financeira e dos investimentos nos gastos correntes, o EBITDA consolidado atinge um valor quase nulo (seria positivo se não tivessem havido indemnizações ao pessoal por rescisão de contratos por mútuo acordo). A variação do justo valor tem uma influência significativa nos resultados, devido à cobertura de risco de elevados montantes de financiamento e à volatilidade das taxas de juro de mercado.
- d) Admitindo a impossibilidade da Empresa solver integralmente o seu passivo financeiro, o indicador chave de sustentabilidade que sobressai é a evolução do EBIT consolidado, antes dos gastos excepcionais relativos a indemnizações por rescisão por mútuo acordo de contratos individuais de trabalho, que apesar da melhoria em cerca de 19 milhões de euros comparativamente ao ano anterior continua ainda negativo em cerca de 75 milhões de euros.
- e) Nos gastos de funcionamento consolidados destacam-se a diminuição de 23 milhões de euros (-12%) nos Gastos com o pessoal e o aumento de 1,4 milhões de euros (+0,9%) em Fornecimentos e serviços externos. O aumento dos alugueres de automotoras à RENFE para exploração do comboio Sud Expresso contribuiu para o incremento de Subcontratos. A atualização tarifária da energia para tração explica o aumento registado na subrubrica "Energia e fluídos". Em outros fornecimentos e serviços externos, destaca-se a diminuição de 1,7 milhões de euros dos encargos com deslocações e estadas.

	2010		2011		Variação	
	€	€	Peso%	€	%	
Tarifa de uso	54.933.667	51.704.082	32,2%	-3.229.585	-5,9%	
Subcontratos	43.145.403	46.887.526	29,2%	3.742.123	8,7%	
Energia e fluídos	25.786.811	28.372.033	17,7%	2.585.222	10,0%	
Outro Fse	35.075.025	33.394.453	20,8%	-1.680.572	-4,8%	
Total Fse	158.940.906	160.358.094	100,0%	1.417.188	0,9%	

- f) O passivo consolidado da CP situa-se acima de 4 mil milhões de euros e o capital próprio consolidado é negativo em cerca de 2,8 mil milhões de euros. O valor total de empréstimos atinge 3,7 mil milhões de euros, dos quais cerca de 944 milhões de euros com maturidade inferior a 1 ano.




IV – APRECIÇÃO DAS ESTRUTURAS E DOS MECANISMOS DE GOVERNO

1. Na ausência de administradores não executivos e de conselho geral e de supervisão, compete aos membros do órgão de fiscalização emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa, conforme determina a RCM nº. 49/2007, de 28/3, ponto 17.
2. A avaliação do desempenho individual dos administradores executivos, nos termos previstos na citada RCM, subentende a celebração de contratos de gestão com cada um dos gestores, considerando o disposto no artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março. Acontece, porém, que não foram celebrados contratos de gestão ou fixados objectivos de gestão para o exercício de 2011, o que nos impossibilita de efectuar essa avaliação.
3. Assim sendo, iremos então efectuar uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa, bem como do cumprimento dos princípios de bom governo estabelecidos pela RCM 49/2007 e dos deveres de divulgação de informação.

O Relatório e Contas de 2011 da CP integra um capítulo próprio sobre o tema “Governo da Sociedade”, onde são apresentados os aspectos mais relevantes relacionados com este tema.

4. Da apreciação efectuada e seguindo a ordem exposta na RCM 49/2007, destacamos alguns aspectos relativamente à aplicação dos princípios aí consagrados.

A) Missão, objectivos e princípios gerais de actuação

A CP cumpre a sua missão estatutária e os objectivos estratégicos fixados, com respeito pelos princípios éticos e de responsabilidades social, desenvolvimento

sustentável e de serviço público na satisfação das necessidades da colectividade.

A missão, os objectivos e as políticas encontram-se enunciados e são divulgados nos relatórios anuais de gestão e nos sítios electrónicos institucionais da Empresa e da DGTF-SEE / MF.

Elabora anualmente planos de actividades e orçamentos inseridos nos instrumentos de gestão previsionais, os quais são submetidos às tutelas.

A Empresa informa adequadamente as tutelas e o público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua actividade, o grau de cumprimento dos seus objectivos, divulga o seu relatório de sustentabilidade e aplica a todos os colaboradores e entidades que com ela se relacionam um código de ética e de conduta. Promove igualmente a valorização profissional dos trabalhadores através de programas de formação.

Adopta os procedimentos legais aplicáveis e os referidos no seu Regulamento de Compras e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços e integra no relatório anual de gestão uma relação dos fornecedores de bens e serviços a com facturação superior a 5% do total dos fornecimentos e serviços externos.

B) Estruturas de administração e fiscalização

A CP foi transformada em Entidade Pública Empresarial pelo Decreto-Lei nº. 137-A/2009, de 12/6, o qual aprova os novos estatutos, conferindo uma renovada estrutura de administração e fiscalização.

As funções exercidas por cada um dos membros administradores constam do relatório anual de 2011, assim como os elementos curriculares de cada um dos membros dos órgãos de gestão e de fiscalização.

Na ausência de membros não executivos do conselho de administração ou de conselho geral ou outros órgãos com funções específicas de supervisão, cabe ao órgão de fiscalização efectuar a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.



As contas da CP têm sido objecto de auditoria por uma entidade independente e estão sujeitas a certificação legal, a qual é actualmente efectuada por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O sistema de controlo interno existente é de um modo geral adequado.

C) Remuneração e outros direitos – Aplicação da Lei 55-A/2011

As remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas, em cada ano, por cada administrador e membro da CF, incluindo os honorários dos trabalhos executados pela Sociedade Revisora Oficial de Contas são divulgados anualmente no relatório e contas e no sítio electrónico institucional da DGTF – SEE / MF.

Foi aplicada a redução remuneratória prevista na Lei 55-A/2010, de 31/12, artigo 19.º, tendo igualmente esta disposição sido estendida a contratos de aquisição de serviços ao abrigo e nos termos do artigo 22.º da citada Lei.

D) Prevenção de conflitos de interesse

Existem normas de conduta estabelecidas em matéria de conflito de interesses, não tendo a CF conhecimento da respectiva prevaricação pelos membros dos órgãos sociais da Empresa.

E) Divulgação de informação relevante

É adoptada uma conduta de transparência e de prestação satisfatória de informação útil ao utente do transporte público ferroviário, ao mercado e ao público em geral.

F) Princípios relativos à divulgação de informação

As informações que nos termos dos princípios de bom governo devam ser divulgadas ao público estão disponíveis nos sítios electrónicos institucionais da Empresa e da DGTF – SEE / MF.

O sítio electrónico da Empresa disponibiliza abundante informação relevante e actualizada sobre a sua missão e actividade, de acesso livre e gratuito.

Os instrumentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2011 integram relatório sobre governo da sociedade e informação sobre a sustentabilidade económica, social e ambiental, bem como uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes princípios de bom governo.

V – PARECER

Atento ao exposto, a CF exprime favoravelmente à aprovação dos Relatórios e Contas individuais e consolidados da CP, EPE referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, com as ênfases expressas nas respetivas certificações legais das contas individuais e consolidadas, bem como da proposta de aplicação de resultados formulada pelo CA.

A CF regista com apreço a colaboração prestada pelo CA, pelos responsáveis dos diferentes Serviços e pelos demais trabalhadores da CP.

Cabe-nos, finalmente, expressar o nosso apreço ao colega Engenheiro Carlos Carvalho, realçando o seu valioso contributo para o bom desempenho deste órgão ao longo dos vários anos de exercício de funções de vogal da CF.

Lisboa, 30 de Maio de 2012

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO



Dr. Issuf Ahmad, Presidente



Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, Vogal ROC,
Em representação da "ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, SROC"